

SUMÁRIO

1. Introdução.....	33
2. Processo.....	43
2.1. Noções gerais e contexto de surgimento: o processo na sociedade, para a sociedade e fruto das relações em sociedade	43
2.2. Conceito de processo – Análise inicial.....	49
2.3. Concepções ou Teorias sobre processo – Breve apanhado	50
2.3.1. O processo como método de produção de norma jurídica	51
2.3.2. O processo como ato jurídico complexo (processo = procedimento).....	52
2.3.3. Teorias contratualistas do processo	54
2.3.3.1. O processo como contrato	54
2.3.3.2. O processo como <i>quase-contrato</i>	55
2.3.4. O processo como relação jurídica (ou teoria da relação jurídica processual)	56
2.3.5. O processo como <i>situação jurídica</i>	58
2.3.6. O processo como <i>instituição</i>	60
2.3.7. O processo como <i>categoria jurídica autônoma</i>	60
2.3.8. O processo como <i>categoria ou entidade</i> complexa.....	61
2.4. O modelo constitucional de processo	62
2.5. A noção de processo utilizada no presente trabalho – O processo como instrumento de realização do direito material e como meio de trabalho estatal para resolução de conflitos	73
2.5.1. Conceitos de processo.....	73
2.5.2. Breves linhas sobre a <i>relação circular</i> entre <i>direito material</i> e <i>direito processual</i> e sobre a <i>instrumentalidade processual</i> ...	78

2.5.3. A noção de processo utilizada no presente trabalho – O processo como instrumento de realização do direito material e como método de trabalho estatal para resolução de conflitos.....	106
3. Princípios	107
3.1. Noções gerais.....	107
3.2. Concepções <i>clássicas</i> de <i>princípios</i>	109
3.2.1. Norma jurídica. Normatividade. Brevíssimas linhas.....	114
3.3. Concepções modernas de <i>princípios</i> . Distinção entre <i>princípios</i> e <i>regras</i> . Algumas considerações.	118
3.3.1. A concepção de <i>princípio</i> em <i>Ronald Dworkin</i>	119
3.3.2. A concepção de <i>princípio</i> em <i>Robert Alexy</i>	121
3.3.3. A concepção de <i>princípio</i> em <i>Humberto Ávila</i> e em <i>Eros Roberto Grau</i>	122
3.4. O conceito de <i>princípio</i> utilizado no presente trabalho	124
4. Princípios Pamprocessuais ou Metaprocessuais.....	127
4.1. Princípios de processo na Constituição – Breves linhas – O Direito Constitucional Processual	127
4.2. O <i>devido processo legal</i> como “ <i>sobreprincípio</i> ” ou <i>superprincípio constitucional-processual</i> (<i>devido processo constitucional</i>) e conglobante de todos os demais princípios fundamentais de processo.....	132
4.2.1. <i>Sobreprincípios</i> e <i>subprincípios</i> – funções e posição no ordenamento jurídico.....	132
4.2.2. O <i>sobreprincípio</i> ou <i>superprincípio</i> do <i>devido processo legal</i>	135
4.2.2.1. É possível (e conveniente) conceituar o devido processo legal?.....	135
4.2.2.2. Origens. Evolução histórica. Breves linhas.	139
4.2.2.3. O devido processo legal como um <i>superprincípio</i> ou <i>sobreprincípio</i> . Abrangência/Conglobância	140
4.2.2.4. Devido processo legal formal (<i>procedural due process of law</i>) e devido processo legal <i>substancial</i> ou <i>material</i> (<i>substantive due process of law</i>)	142
4.2.2.5 O Juiz e o princípio do devido processo legal	154

4.3. Princípios <i>pamprocessuais</i> ou <i>metaprocessuais</i> – Algumas normas fundamentais dos arts. 1.º a 12 do CPC/2015 que são <i>princípios fundamentais de processo</i>	184
4.3.1. Explicando o que queremos demonstrar	184
4.3.2. Os princípios <i>pamprocessuais</i> ou <i>metaprocessuais</i>	191
4.3.2.1. Princípio da <i>vinculação dos processos à Constituição</i> – art. 1.º do CPC/2015	191
4.3.2.2. Princípio da <i>inafastabilidade da jurisdição</i> ou do <i>acesso à justiça</i> – art. 3.º, <i>caput</i> , do CPC de 2015 .	194
4.3.2.2.1. Os meios consensuais de solução de conflitos enquanto expressão, também, de acesso à justiça.....	202
4.3.2.3. Princípio da <i>duração razoável do processo</i> e da <i>primazia do julgamento do mérito</i> – art. 4.º do CPC .	217
4.3.2.4. O princípio da <i>boa-fé objetiva processual</i> (art. 5.º do CPC/2015)	234
4.3.2.5. Princípio da <i>cooperação</i> (art. 6.º do CPC).....	283
4.3.2.6. Princípios da <i>paridade de tratamento</i> e da <i>igualdade</i> . Princípio do <i>contraditório</i> (art. 7.º e art. 9.º). O princípio da <i>vedação à decisão-surpresa</i> como aspecto e como decorrência do <i>contraditório</i>	319
4.3.2.6.1 Igualdade processual e paridade de tratamento	320
4.3.2.6.2 Contraditório e vedação às decisões-surpresa:.....	339
4.3.2.6.3 Princípio da necessidade de fundamentação das decisões proferidas em processo.....	381
CONCLUSÃO	421
REFERÊNCIAS	423